

CRISE E HORIZONTE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Bernardo Sori

Tradução: Otacílio F. Nunes Jr.

Este trabalho tem duas limitações. A primeira é que foi escrito "do Brasil". A segunda é que as observações sobre as ciências sociais na América Latina só têm valor se consideramos a produção das ciências sociais como um conjunto e não como unidades separadas; pois individualmente encontraremos esforços científicos importantes na história do conhecimento das estruturas sociais do continente.

Nos anos sessenta e setenta o Brasil foi para a grande maioria dos estudiosos da América Latina um grande laboratório de transformações sociais. O outro país de referência, Cuba, permaneceu, na região, praticamente inalcançado pelo debate e pelas análises científicas. O Brasil nesse período se configurava como uma ditadura militar que introduzia um forte dinamismo econômico com importantes transformações sociais; era um paradigma de processo de acumulação capitalista. Esta modernização incluiu o próprio conjunto da investigação científica, sendo que o Brasil, sob a ditadura militar, gerou e institucionalizou um conjunto imponente de cursos de pós-graduação e centros de pesquisa nas diversas áreas das ciências sociais.

À medida que se iniciou o processo de democratização, este foi analisado de diversas formas, mas salvo exceções¹ sua inelutabilidade não era questionada. A democracia traria o componente que faltava para que a sociedade brasileira completasse sua modernização: uma maior igualdade social e política.

Se bem que o processo de democratização no Brasil esteja em seus inícios, os indícios e os indicadores são em geral desalentadores. Em vez de uma América Latina abasileirando-se encontramos um Brasil latino-americanizando-se. A abertura política, em vez de dar início a uma grande mobilização popular, mostrou o poder aumentado das classes dominantes e os limites enormes que pesam sobre os grupos populares. A democratização, em certos aspectos, radicalizou o clientelismo, a privatização do bem público e o abandono dos grupos mais pobres.

Trabalho escrito para o Programa "Prospectivas de las CCSS en América Latina", da UNESCO. Agradeço os comentários críticos de Antonio Mitre à primeira versão.

(1) Por exemplo, os trabalhos de F.W. Reis, publicados geralmente na revista *Cadernos do D.C.P.*, Belo Horizonte.

A imagem positiva de um país em vias de modernização, como foi a do Brasil, volta a metamorfosear-se em uma imagem de fracasso. A crise atual não permite visualizar um desenlace objetivo claro. Contudo, em nível das ciências sociais, e em geral das classes médias, o resultado imediato é de perplexidade e frustração. Este contexto nos leva a questionarmos sobre a capacidade institucional, e solidez teórica, das ciências sociais de enfrentar a crise em curso. É esta mesma crise, de "latino-americanização" do Brasil, que nos leva a pensar na possibilidade de uma análise generalizante da experiência brasileira. Pois é importante recordar que as experiências das ciências sociais brasileiras no campo institucional nas últimas décadas foram muito diferentes das do resto do continente, e em boa medida continuam sendo. O discurso sobre processos "latino-americanos" continua sendo em parte fundado em generalizações impróprias, produto seja de *wishful thinking* seja de desconhecimento do pesquisador.

A crise social se confunde com a crise das Ciências Sociais. O tema da crise das ciências sociais parece ser um espaço que unifica os cientistas sociais do continente. Estudos específicos indicariam, sem dúvida, que o sentido preciso desta crise é bastante diverso dentro de cada realidade nacional ou subconjunto de países. Dada a diversidade nacional, os diagnósticos em cada caso deverão ser específicos, pelo que preferimos centrar sobre as dimensões propriamente cognitivas que vão além das realidades institucionais e talvez indiquem os elementos comuns dos processos sociais e intelectuais do continente.

Toda análise que busque compreender o momento atual da pesquisa social no continente terá como referência principal dois determinantes e sua interação: o conhecimento já acumulado e os processos sociais pelos quais passa a América Latina. Entre ambos se encontram os componentes institucionais de produção de conhecimento e o sentido comum que informa em última instância o cientista social. É esse sentido comum enquanto vivência que nos dá o ponto de partida destas notas. Ele nos leva a propor uma linha de análise que caracteriza grande parte da produção teórica das ciências sociais latino-americanas.

Sociologia do inexistente e sociologia do desejo

Os anos setenta e oitenta foram de convivência de dois tipos de recortes, geralmente entremesclados na prática, que orientam conceitualmente a maioria dos estudos sociais no Brasil e possivelmente no resto do continente. O primeiro tipo de recorte é o dos pressupostos globais relacionados à sociedade na qual vivemos — dependente, capitalista etc. O segundo tipo de recorte define a seleção de temas e a forma de tratá-los.

Em termos gerais os estudos de casos sofreram na última década um certo deslocamento no que diz respeito a preocupações conceituais. Enquanto nos inícios dos anos setenta as análises se orientavam no sentido de "demonstrar" características estruturais dentro de teorias globalizantes da sociedade, os últimos anos viram predominar estudos preocupados com características de certos agentes sociais e seu papel na dinâmica social. A troca de ênfase e preocupações relaciona-se claramente com o processo político. A partir do processo de transição democrática as análises estruturais e de denúncia global deram lugar a estudos do papel dos agentes sociais.

a) A Sociologia do Inexistente

As ciências sociais latino-americanas produziram nas últimas duas décadas importantes trabalhos de pesquisa sobre os mais diversos processos sociais. Contudo, à medida que os estudos avançam ou se sustentam em marcos explicativos mais amplos os resultados são quase sempre os mesmos: os processos estudados mostravam que somos dependentes, determinados pelos processos de acumulação capitalista e/ou "deformados".

As análises que enfatizam a lógica capitalista dominante na realidade social latino-americana confirmam um dado importante mas de utilidade limitada: certas dimensões da realidade social do continente contêm características universais de funcionamento sintetizadas nas teorias sobre a acumulação capitalista. Embora seja importante conhecer e reconhecer certos padrões universais, o que está em jogo para nossos países é a diferença; somos capitalistas mas subdesenvolvidos, dependentes, periféricos etc. etc. Quando buscaram compreender esta diferença específica as ciências sociais latino-americanas se apoiaram no método comparado, a nosso ver de forma unilateral.

A perspectiva básica do método comparado tal como foi usado na América Latina pode ser simplificada sem distorção da seguinte forma: não somos desenvolvidos (como os países do Norte), queremos ser desenvolvidos (aqui entram certas diferenças entre os que idealizam um modelo existente ou os que propõem o desenvolvimento melhorado — uma Suécia tropical ou uma União Soviética democrática) e se ainda não conseguimos realizar nossas potencialidades é porque algo nos falta. Esse algo foi trocado de acordo com as modas intelectuais, passando por burguesia nacional, burguesia hegemônica, proletariado com consciência de classe, cidadania, cultura popular, partidos políticos sólidos, tecnologia autônoma etc.

Esta tradição de pensamento sem dúvida é muito mais ampla. Atravessa tanto o velho ensaísmo latino-americano como a sociologia da modernização. No primeiro caso as carências estavam na raça e o diagnóstico era pessimista, ao contrário das modernas ciências sociais, que enfatizam as dimensões históricas e cujo diagnóstico — ou expectativas — é otimista.

Esse recorte que caracterizou a ciência social latino-americana, e em seus fundamentos básicos o conjunto da sociologia do desenvolvimento, baseia-se em dois pressupostos:

1) Que chegaremos a ser desenvolvidos se suprimos nossas sociedades com o fator carente ou com um substituto funcional. Esse pressuposto, de um otimismo ingênuo, que a esquerda revolucionária tem em comum com a sociologia da modernização norte-americana, é que seria suficiente encontrar e eliminar as causas — ou os causadores — do subdesenvolvimento para igualarmos-nos aos países desenvolvidos.

2) Que a alternativa em jogo é a permanência da atual realidade ou sua substituição por um ideal de sociedade desenvolvida.

Penso que ambos os pressupostos são errados. O desenvolvimento não se deu em nenhum país pela repetição do modelo anterior. Esta afirmação, normalmente aceita a nível abstrato, implica a noção de que o desenvolvimento foi promovido por cada sociedade a partir de suas potencialidades internas específicas. Em outras palavras, a América Latina, ou cada um de seus países, deverá descobrir as bases culturais e os agentes sociais próprios que devem ser apoiados para acelerar seu desenvolvimento.

Em segundo lugar devemos trabalhar com a hipótese de que a curto e médio prazo não seremos desenvolvidos, e que é preciso promover visões e propostas societárias que administrem esse dado. Os anos oitenta viram surgir posições políticas reformistas mas que ainda não se cristalizaram teoricamente. Falta-nos ainda um pensamento teórico que seja capaz de enfrentar os diferentes problemas em suas complexidades específicas. Talvez não seja alheia a esta dificuldade a permanência de veleidades políticas do cientista social.

Os cientistas sociais latino-americanos somos filhos do *boom* capitalista do pós-guerra e da revolução cubana. Apesar de Che Guevara ter morrido há duas décadas e o mundo capitalista ter entrado em dificuldades há quinze anos, não é fácil trocar as orientações otimistas nas quais convergiam a teoria da modernização e a da dependência. Devemos nos preparar para uma longa marcha, onde a utopia não desapareça do horizonte, mas funcione como bússola e não mais como uma terra prometida facilmente alcançável.

Uma modificação de perspectiva significa que as ciências sociais assumam sua idade adulta. Sem perder ou abandonar princípios ou ideais, é fundamental reconhecer que nossas sociedades são diferentes das desenvolvidas e continuarão sendo por muito tempo; que buscar o que "nos falta" parece-se a um exercício de encontrar culpados quando na realidade o desafio é descobrir e desenvolver penosamente nossas faculdades.

As implicações dessa mudança de perspectiva são múltiplas e só indicaremos mais adiante alguns temas que nos parecem, por afinidade ou relevância, particularmente importantes.

b) Sociologia do Desejo

Quando o contexto social se distancia do mundo desejado o pensamento analítico pode orientar-se no sentido de indicar os caminhos para transformar a realidade ao mesmo tempo em que critica e denuncia a situação atual. Este esquema obviamente não é o único possível. O analista, mesmo de esquerda, pode chegar à conclusão que não há uma saída factível, e teremos então o chamado pessimismo revolucionário. Minha impressão é que parte considerável das pesquisas sociais na América Latina elegeu uma outra via: projetaram o desejo sobre a própria realidade social. Em vez de aceitar as dificuldades ou a inviabilidade da transformação social revolucionária, exageraram a importância relativa de agentes, processos e instituições sociais, ao mesmo tempo em que desconhecaram ou ignoraram teoricamente o conjunto de forças e processos sociais que atuam em direção contrária à desejada.

Assim se deu uma concentração imensa de trabalhos sobre movimentos sociais, novas formas de sindicalismo, participação, democracia e cidadania. A estes estudos foi agregada uma segunda massa de trabalhos financiados no Brasil pela burocracia pública, e no resto da América Latina, em grande parte, por recursos internacionais, sobre o impacto das políticas públicas nos setores populares e projetos de melhora das condições dos grupos mais pobres da população.

Desta forma as Ciências Sociais na América Latina se encontram em uma situação na qual temos *muita informação sobre alguns poucos temas e muito pouco sobre temas centrais*, que incluem as classes dominantes, as classes médias, as formas de organização marginal ao Estado, os processos de desintegração social e novas formas de subordinação etc. *À informação distribuída desigualmente é o*

caminho mais curto para se ter uma visão distorcida do sistema. Nossa crise não é principalmente de falta de marcos teóricos adequados, mas de quantidade e de qualidade da informação disponível para propor explicações e hipóteses relevantes. Ao exagerar a importância relativa de certas realidades, como os novos movimentos sociais ou a formação da consciência da cidadania, seja por exagero da importância de processos em curso ou por desconhecimento dos fatores contraproducentes, as ciências sociais latino-americanas correm o risco de entrar em colapso por falta de relevância. Existe a necessidade de nos esforçarmos por analisar mais fundo o "outro lado" dos processos sociais sobre os quais tantos trabalhos foram realizados.

Assim, por exemplo:

Pobreza Rural — Novas formas de organização política, social e econômica dos agentes associados à agroindustrialização do campo.

Movimentos Sociais Rurais — Organizações e ideologia dos camponeses e latifundiários capitalizados.

Novas Formas de Participação — Expansão dos sistemas de dominação popular por grupos marginais.

Cidadania — Novas formas de opressão e marginalização simbólica.

Na América Latina dos anos oitenta o tema da democracia deverá continuar a ser o tema-ideal ou tema-objetivo das Ciências Sociais. Mas este ideal não pode substituir nem dissociar-se da necessidade de compreender os processos sociais contemporâneos que se caracterizam por uma sociabilidade destrutiva, um individualismo sem contrato social prévio, estruturas paralelas de poder marginal, degeneração do poder público e das máquinas administrativas. Compreender como uma sociedade é capaz de reproduzir-se nestas condições e as tendências que produz é fundamental para identificar as possibilidades de uma maior democratização.

Elaborar as dimensões negativas ou ideologicamente menos interessantes poderá servir igualmente como antídoto contra outra dificuldade das Ciências Sociais na América Latina, que é o conjunturalismo. Entendemos por conjunturalismo a esperança de que em cada meandro do processo se encontre finalmente a ansiada democracia (antes, nos anos sessenta, a revolução). A análise conjunturalista, política ou econômica, aproxima-se do jornalismo político, que oscila entre o empirismo e a denúncia.

Por uma renovação teórica e temática

Enquanto as análises de caso nos mostram uma imagem parcial do que somos, a teoria nos diz o que não somos e para onde não vamos. Curiosamente, as ciências sociais na América Latina convivem com uma versão própria da situação denunciada por C. Wright Mill nos anos cinquenta em relação à sociologia estadunidense: o divórcio entre a grande teoria e os estudos empíricos. Como reconstruir o tecido que permita um movimento enriquecedor entre teoria e estudo de caso? A frustração com o fracasso dos projetos de transformação global e os marcos teóricos a eles associados pode levar ao abandono de qualquer esforço de teorização. Necessitamos de um esforço redobrado de teorização capaz de compreender simultaneamente os países desenvolvidos e as formas específicas que eles revestem em nossos países.

Isto nos leva ao ponto inicial da inadequação dos marcos teóricos globais dentro dos quais nos pensamos. As dicotomias entre tradicional e moderno ou entre a modernidade deles e as nossas (deformadas, inconclusas, reflexas etc.) nos parecem, no melhor dos casos, um ponto de partida que deve ser rapidamente superado, sob pena de nos pensarmos como uma imagem negativa do outro, basicamente inventário dos desejos frustrados de identificação do cientista social com outras realidades. O que está em jogo é a própria construção prática e teórica das nossas formas modernas. Obviamente não vai aqui nenhuma afirmação de caráter nacionalista. Toda modernidade (francesa, inglesa, russa etc.) é específica, produto de padrões culturais preexistentes e das interações com o sistema internacional.

A pesquisa contemporânea sobre os países avançados, particularmente a partir da experiência japonesa, mostra que todas as modernidades se sustentam e nutrem das estruturas sócio-culturais preexistentes. Dito de outra maneira, as transformações associadas à expansão capitalista ou comunista não determinam de forma unívoca instituições políticas e orientações normativas. Cada caso histórico é específico, e embora a nova ordem econômica afete as tradições, elas são redefinidas para adequar-se ao novo contexto. Isto significa, do ponto de vista sociológico, que toda modernização é conservadora.

A compreensão dos mecanismos pelos quais as mudanças sociais atualizam — mantendo/modificando — pautas culturais seculares é um desafio que exige superar as limitações de certos marcos teóricos e preconceitos políticos. Assim, por exemplo, a "ordem burguesa" não corresponde a uma essência burguesa, já que esta classe absorve formas de sociabilidade que lhe são anteriores, tal como mostraram Weber e a moderna pesquisa histórica.

Na medida em que a conformação da realidade interage com uma série de fatores que atuam de forma sistêmica, passa a ser mais difícil identificar *o* ou *os* responsáveis pelo descalabro presente. Uma primeira consequência positiva desta perspectiva seria talvez superar o diagnóstico que dominou as ciências sociais latino-americanas nos anos sessenta e setenta, de que seria suficiente eliminar os setores sociais culpados para que se realizasse o milagre do desenvolvimento equilibrado. Como a história — particularmente os exemplos de socialismo real — mostrou, não existe esse tipo de relação causal, de forma que os cientistas sociais deverão avançar hipóteses mais cautelosas sobre as origens de nossos males e as fórmulas como resolvê-los.

Em nível de temas futuros de pesquisa dever-se-ia partir da sociedade compreendida não como constituída em termos de uma polaridade de agentes e processos sociais bons e maus ou positivos e negativos, mas como um conjunto heterogêneo de mecanismos de sociabilidade, que reforçam tanto a violência e a exclusão como a convivência solidária, e que atravessam os diversos grupos sociais — sem dúvida favorecendo os interesses de alguns em detrimento dos de outros —, mas cuja superação não implica necessariamente a eliminação dos grupos favorecidos por esses mecanismos. O papel dos cientistas sociais não deverá ser o de apresentar soluções arbitrárias, mas o de iluminar situações mostrando a complexidade dos problemas que a sociedade deve abordar.

O contexto político afeta a percepção dos cientistas sociais de várias formas. Na época da ditadura militar a repressão política definia os parâmetros da atuação dos grupos sociais, dificultando uma correta avaliação da importância relativa dos processos emergentes. As ditaduras militares polarizam e simplificam o quadro político em torno da alternativa autoritarismo-democracia. A repressão, não

permitindo uma atuação livre dos movimentos sociais, levou a pensar que estes movimentos, em condições de maior liberdade, floresceriam rapidamente.

A experiência brasileira mostrou o quanto este raciocínio era falacioso. Em muitos casos a ditadura era a fonte principal de mobilização e motivação dos militantes. Por outro lado, se na época da ditadura surgiram novos movimentos sociais progressistas, a capacidade de mobilização de recursos e mesmo de renovação de quadros de direita se potencializou muito mais. No caso brasileiro foi chocante a fragilidade da mobilização em favor da reforma agrária comparada à solidez da reação dos grandes proprietários de terra.

A abertura política mostrou igualmente que, apesar do desejo democrático de grande parte da sociedade, as instituições representativas e as políticas distribucionistas têm enorme dificuldade de consolidar-se. Isto se relaciona em parte ao impacto da própria ditadura na cristalização de práticas antidemocráticas, e em parte à existência de profundas linhas de continuidade nas pautas de organização política e social.

A crítica ao autoritarismo levou as ciências sociais da América Latina a uma "hiperpolíticação". As dificuldades encontradas nas diversas transições em curso no cone sul possivelmente impulsionarão um retorno às preocupações com as dimensões sócio-culturais, o estudo das formas de sociabilidade não diretamente ligadas ao poder estatal.

De certa forma a luta contra a ditadura militar gerou uma polaridade entre sociedade civil e poder político que encobriu — pelo menos no Brasil — as origens sociais do autoritarismo. Da mesma forma, a ênfase unilateral nos novos movimentos sociais (populares) ofuscou a renovação e modernização das formas seculares de opressão, como se do social só emanassem fenômenos "positivos".

Sem dúvida haverá aqueles que indicarão que não se trata nem de uma coisa nem de outra, que tanto as estruturas de opressão institucionalizadas como as difusas são importantes. É verdade, mas penso que os próximos anos serão de redescoberta e, esperemos, de renovação de temas tais como cultura política, processos de socialização e micro-sistemas de organização social. Até agora a penetração de temas "pós-modernos" no Brasil se deu de forma limitada, e em grande medida associada à obra de Foucault. Enquanto metodologia de estudo de caso, a "microfísica do poder" é obviamente frutífera. Todavia, parte do discurso meta-teórico da "pós-modernidade" pode dar lugar, no contexto latino-americano, a ambigüidades e posições que nos parecem intelectual e moralmente inaceitáveis. Pois a apologia da diferença, da alteridade, da diversidade, tem nos países capitalistas avançados um sentido de aprofundamento democrático a partir de um processo anterior de homogeneização e equalização social. Em nossos países vários componentes da heterogeneidade social são execráveis — expressam miséria, abandono, opressão — e em relação a eles o discurso "pós-moderno" pode gerar confusões.

Obviamente estes recortes não levarão — nem devem levar — a um abandono dos temas macro-estruturais. Aqui, talvez possamos lançar uma mirada ingênua sobre os processos políticos e nos perguntar como se chega a uma situação, como a brasileira, na qual o contrabandista, o "doleiro" (que vende e compra moeda estrangeira clandestinamente) e o "bicheiro" (que banca uma loteria ilegal) têm uma credibilidade diante do público que poucos negociantes "legais" possuem. A resposta é óbvia: os primeiros dependem totalmente da confiança de suas clientelas, enquanto os últimos estão "protegidos" pelo aparato legal. A crise de legitimidade do aparato estatal, transformado em um ator particularista e corrompido inca-

paz de proteger o cidadão comum, acentuou-se na maioria dos países latino-americanos, gerando profundos processos de anomia e tendências de desintegração social.

Estes temas e as formas de enfrentá-los deverão orientar parte das novas pesquisas sociais. Esta afirmação pode permanecer, contudo, como uma petição de princípios. As relações profundas que ligam os intelectuais às posições de poder atual ou virtual, o entrelaçamento profundo entre os intelectuais e o sistema de privilégios do qual participam as classes médias dificultam um questionamento mais básico das formas de sociabilidade.

Conclusões

Nossas reflexões convergem em uma direção: a renovação teórica das ciências sociais na América Latina passa por uma transformação de sua auto-imagem, dos pressupostos e julgamentos do cientista social. Apesar de defender uma sociedade democrática, não houve um exercício autocrítico sobre as possibilidades e limites das ciências sociais em uma sociedade efetivamente composta por cidadãos. É verdade que a "megalomania" do intelectual latino-americano não pode dissociar-se do contexto em que vive, caracterizado pela dificuldade dos grupos subordinados de participar ou influenciar diretamente os processos societários. É neste contexto que o cientista social funciona como processador das vontades imaginadas dos grupos marginalizados².

O primeiro e principal passo, antes de definir especificamente temas ou métodos, é delimitar o papel do cientista social. Este deverá ter uma posição mais profissional, concentrada nos valores próprios da pesquisa científica, sem pretensões imediatistas nem preocupações orientadas por interesses e alianças políticas conjunturais. Dentro dessa nova atitude e perspectiva o intelectual possuirá os instrumentos para uma delimitação mais objetiva dos problemas e para avançar respostas mais sólidas.

Por trás do intelectual comprometido sempre esteve presente a noção de que os estudos sociais deveriam estar "a serviço" de projetos políticos. As ciências sociais e os projetos políticos aos quais estiveram associadas nas últimas décadas mostraram severas limitações. Permitindo que as ciências sociais se distanciem de seus compromissos ideológicos seremos capazes de reconhecer o grau de incerteza, miséria e obscuridade intelectual em que nos encontramos. Talvez as novas visões que surjam não sejam particularmente otimistas e alguns aproveitem para confundir realismo com reação. O esforço de um aporte específico dos cientistas sociais poderá contribuir, em suas limitadas possibilidades, para mudar o quadro do continente. Enquanto insistir em condenações morais e fórmulas salvadoras, o intelectual estará fundindo-se com realidades alheias à produção científica.

A sociedade humana entrando no século XXI se defronta com desafios que superam a fantasia. Para os países desenvolvidos trata-se de acompanhar os ritmos dos processos de inovação e manter o controle sobre suas consequências. Na América Latina é-nos difícil, em primeiro lugar, conceber o significado dessas novas realidades. A transferência mecânica para nossos países de discursos críticos da revolução científica e tecnológica em curso, na maioria dos casos, é uma manipulação de inseguranças, temores e crítica infantil aos países desenvolvidos que pouco ajudará a analisar os desafios das próximas décadas.

(2) No cone sul — Uruguai, Argentina e Chile — a situação é mais complexa. São sociedades nas quais as classes e grupos sociais são fortemente corporativos e com visões infladas, quando não delirantes, de suas potencialidades efetivas.

Bernardo Sorj é pesquisador do Programa de Estudos Europeus do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Já publicou nesta revista "História e Crise da Produção da Verdade no Marxismo" (Vol. 2, Nº 3).

A frustração e impotência acumulada na América Latina é tão grande que qualquer discurso que mobilize sentimentos compensadores obtém ampla audiência. As ciências sociais deverão estar dispostas a não serem populares, preço possivelmente muito alto para grande parte de nossos intelectuais. Mas as análises e soluções talvez indiquem a necessidade de esforços a longo prazo que não se ajustam aos desejos messiânicos — compreensíveis — de grande parte da população.

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 23, março de 1989
pp. 154-162
